

Resoluções do I Congresso de Estudantes do IFG (CONEIFG)

30/11-02/12/2017. Uruaçu-GO

O primeiro congresso de estudantes do IFG aconteceu do dia 30 de novembro ao dia 2 de dezembro de 2017 tratando-se de uma observação, discussão, e sistematização de estratégias de fortalecimento do movimento estudantil nos quatorze campi do Instituto Federal de Goiás, visando a integração e o auto-reconhecimento do movimento estudantil como um todo, e para todos diante da diversidade presente no cotidiano dos campi (cursos oferecidos para diversos públicos: EJA, Ensino superior, Técnico subsequente e Técnico Integrado). Em vista disso, fez-se necessário o encontro de entidades estudantis para discutir, além de diversos assuntos a criação de uma entidade máxima de representação e coordenação dos alunos do IFG. Diante de uma conjuntura política no país, o movimento se articula em um momento que se mostra urgente a causa estudantil, como o grande corte de investimentos ao instituto, agora congelados por 20 anos. Entendendo o congresso como um processo de consolidação da representatividade e integração dos discentes, o movimento estudantil passa agora para uma nova fase em sua história no estado, lutando pelo bem estar comum e a empatia pelos que o compõem. Juntos somos melhores.

As resoluções aqui apresentadas foram discutidas e encaminhadas pelos Grupos de Trabalho temáticos e aprovadas na Plenária Final do I CONEIFG.

GT – Políticas de Inclusão e Permanência.

A necessidade de ações afirmativas de políticas de inclusão dentro de um espaço que promove a transformação da sociedade é de extrema importância para a legitimação, implementação e efetivação de políticas públicas que garantam a entrada, permanência de todo o universo multicultural dos estudantes.

Entende-se como política de inclusão o conjunto de ações que promovem de forma igualitária as diversidades da comunidade acadêmica.

Portanto, fez-se ampla discussão, respeitando a pluralidade de ideias e propondo as seguintes resoluções:

1. Lutar para garantir que o IFG tenha diretrizes e políticas institucionais aprovadas em suas instâncias deliberativas que proteja a liberdade de gênero, etnia, raça, indígena, religiosas, sexual e sociocultural;

2. Lutar pela criação democrática de um Conselho de Inclusão e Ética em TODOS os Campi, composto por representantes eleitos e eleitas do corpo discente, com participação parcial dos servidores como apoio;
3. Promover o respeito do gênero e nome social de estudantes transgêneros;
4. É presente a necessidade de criar e incentivar espaços e instâncias para a livre manifestação das diversidades políticas, religiosas (assim como religiões não-cristãs) e ideológicas garantidas pela Instituição.
5. A política de ingresso dos alunos deve ser uma prioridade tendo em vista que a instituição realize os pressupostos de sua missão e objetivos. Assim faz-se necessário estabelecer uma discussão sobre a desigualdade de oportunidades de ingresso de estudantes de baixa renda, de regiões de alta vulnerabilidade social, zonas agrícolas e estudantes com deficiência, negros e negras, pessoas transgêneros e travestis, garantindo condições de permanência. No intuito de garantir o ingresso desses grupos, estabelecendo uma maior igualdade de oportunidades na inclusão social.
6. Na atualidade urge que a instituição através da organização estudantil tenha ações de conscientização e repúdio aos problemas da xenofobia, intolerância religiosa, machismo, racismo e LGBTfobia (além de outras formas de discriminação e repressão) tendo atenção também com as práticas de preconceito e bullying.
7. Criar, ampliar, oferecer e viabilizar assistência psicossocial e grupos de apoio.
8. O movimento estudantil se faz presente na instituição e reivindica espaços, programações e políticas que possibilitem a livre manifestação cultural, brasileira, regional e local.
9. Conscientização sobre a violência e a liberdade dentro do campus.
10. Criação de grupos de trabalho, de apoio e políticas de estudos que viabilizem a redução do machismo, assédio, violência contra mulher, e demais preconceitos dentro de todos os campi
11. Políticas de cotas para inclusão de pessoas transgêneros e travestis.
12. Implementação e efetivação da disciplina de educação para as relações étnico-raciais como obrigatória em todos os cursos.
13. Criação de uma central de apoio que trate com ações administrativas as denúncias de assédio e violências dentro dos campi.

14. Melhoria do acesso à internet nos campi.
15. Faz-se necessário a criação de um conselho geral composto por um membro de cada conselho para debater e promover ações voltadas para as diversidades dentro dos Campi.
16. Criação SIMPÓSIO para a efetivação da EJA.
17. Implementação e ampliação dos cursos da EJA em todos os campi.
18. Efetivação das políticas públicas existentes relacionadas à deficientes físicos, prezando pela acessibilidade dentro dos Campi.

GT - Movimento Estudantil Universitário

O Movimento Estudantil Universitário no IFG ainda é a parte menos articulado dentro de nossa instituição. O GT de MEU identificou os diferentes níveis de dificuldades de articulação dos estudantes nos Campi, demonstrando uma falta das entidades de base e fragilidade nos CAs existentes.

É necessário a reafirmação do quanto o movimento estudantil é dinâmico e deve ser autônomo em sua construção e debate, construindo suas movimentações e suas entidades de forma dissociada da gestão institucional. A autonomia deve ser construída também através das discussões sobre o que produzimos enquanto estudantes que contribui à comunidade vizinha ao nosso Campus. Isso perpassa pela discussão sobre qual tipo de instituição nós queremos.

O espaço foi de grande importante para trocas de experiências e tomada de fôlego para novas articulações através do Congresso de Estudantes, pensando as demandas comuns dos estudantes entre os Campi. Tendo visto a necessidade de uma entidade estudantil superior que acompanhe as reais situações nas bases e fomentando os debates sobre a produção de conhecimento e a função do tripé ensino, pesquisa e extensão, para maior acesso e permanência na rede IFG. Apontamos:

1. Criar comissões de divulgação das entidades, para que acompanhe pessoalmente os cursos em sua criação das entidades. As comissões para mobilização das entidades de base deverão ser norteadas pelo CEB.
2. É necessário construir um documento (cartilha) que auxilie os cursos na construção de seus CAs e grêmios.
3. Criar programas de curso de base para esclarecimento e fomento da pesquisa.

4. É necessária a defesa da obrigatoriedade de atividades de extensão para a comunidade enquanto componente obrigatório para o currículo de formação.
5. Exigir a redução do preço dos RUs e implementação de novos RUs. Exigindo a permanência e ampliação dos auxílios já existentes.
6. Instalar ares-condicionados/climatizadores em todas as salas de aula e laboratórios do IFG.
7. Existem Campus em implantação e outros com uma tradição institucional dos coletivos, os estudantes exigem que todos os campi viabilizem: espaço estrutural, patrimonial e material para que se possa autonomamente os discentes construir sua política e prática.
8. Solicitar mais eventos institucionais ligados aos cursos superiores e dar maior suporte (divulgação, transporte, estrutura) às semanas pedagógicas internas ao Instituto. O DCE deverá mapear e divulgar os eventos acadêmicos entre os Cas.
9. Reavaliação das demandas de quantidade e especialização de professores nos Campi.
10. Aquisição de livros e materiais pedagógicos mais atuais.
11. Melhorar a divulgação dos artigos acadêmicos dos próprios estudantes do IFG. Publicação em uma plataforma (periódicos) própria do IFG.
12. Cobrar melhor relações docentes-discentes-técnicos administrativos.
13. Acesso aos dados das avaliações institucionais e pedagógicas (CPA).
14. Cobrar a entrega imediata dos Campi ainda em construção.
15. Cobrar em todos os campi espaços para as entidades estudantis e de convivência dos estudantes.
16. Fomentar a integração dos estudantes.
17. Articular o ME entorno das pautas do transporte de acesso ao Campus.
18. Cobrar a instalação e atualização dos laboratórios na estrutura necessária para tal.
19. Cobrar o investimento em monitoramento e segurança dos Campi e propor à Reitoria a negociação com órgãos de segurança pública um melhor policiamento no perímetro dos Campi em horários críticos.
20. Que o DCE promova o debate sobre a segurança dos Campi com a comunidade acadêmica

21. O DCE deverá desenvolver e cobrar a instituição a implementação de projetos que visem a diminuição da evasão acadêmica.
22. O DCE deverá solicitar audiências públicas anuais sobre o planejamento e cronograma financeiro do IFG.
19. Arborização com árvores de grande porte e nativas.
20. Participação dos discentes nas decisões do uso e da transformação do espaço do campus.
21. Promover e possibilitar a participação da comunidade nas atividades do Campi.
22. Desativação das catracas dos Campi.
23. A gestão do DCE (caso aprovado nesse Congresso) deverá realizar atividades/seminários nos Campi sobre produção de conhecimento (científica, tecnológica e social).

GT - Movimento Estudantil Secundarista.

O Grupo de Trabalho do Movimento Estudantil Secundarista trouxe propostas que visam mobilizar e articular o movimento a fim de dar voz e representatividade aos estudantes do IFG. Frente às ocupações ocorridas em 2016 e à represália e ataques sofridos, bem como a morte do estudante Guilherme Irish, faz-se extremamente necessária a conscientização dos estudantes para que haja a desconstrução dos preconceitos que rodeiam o movimento secundarista atualmente.

1. Incentivar a criação de mais grêmios estudantis como um aparato para a solução de demandas dos estudantes
2. Autonomia dos estudantes frente aos professores e servidores do IFG.
3. Utilizar a Semana de Integração/Calourada para conscientizar os novos alunos sobre o Grêmio e o Movimento Estudantil.
4. Dar espaço para o Grêmio e para os alunos na Calourada para que os estudantes conheçam o movimento ao entrarem no IFG.
5. Manter uma conexão entre o grêmio e os estudantes
6. Aproximar os estudantes do último e primeiro ano, para promoção do movimento.
7. Desconstruir as rixas entre os cursos

8. Rádio para os intervalos, usando para informar os alunos sobre eventos institucionais e o movimento estudantil
9. Integração através do esporte.
10. Padrinhos e madrinhas veteranos para ajudar os calouros.
11. Relocar os alunos para que eles interajam com os outros cursos.
12. Gravar vídeos temáticos para poder alcançar, pela internet, mais pessoas. Divulgação nas redes sociais.
13. Mais psicólogos que trabalhem realmente de forma profissional a atender os alunos.
14. Um representante de cada curso para o Conselho departamental.
15. Incentivar a participação nos conselhos institucionais.
16. Apresentar, através de slides, por exemplo, movimentos sociais que já aconteceram e serviram de base para o movimento estudantil de hoje, explicações políticas e etc, a luta que ocorreu.
17. Inserir os campi do interior no movimento estudantil, no DCE.
18. Articulação entre os grêmios de outros campus.
19. Utilizar recursos audiovisuais para a comunicação entre os estudantes.
20. Usar as redes sociais e memes.
21. Realização de um sarau pra falar do movimento através da arte. A arte como instrumento de emancipação.
22. Mais encontros para discutir sobre a mobilização dos estudantes.
23. Suporte da instituição para que essas reuniões aconteçam.
24. Realizar intercâmbios entre pessoas de diferentes campus. Realizando atividades como exibição de filmes que mostrem a luta secundarista, debates, dinâmicas e etc.

GT – Assistência Estudantil

Entendemos a Assistência Estudantil como uma política essencial de permanência. Frente a grande evasão no Instituto, torna-se urgente a discussão de uma assistência que atenda às demandas e a realidade estudantil, com o intuito de diminuir os efeitos das

desigualdades sociais dentro da instituição e construir as condições necessárias para que os estudantes permaneçam no Instituto.

1. É necessário reformular o processo de entrevistas para o recebimento do auxílio, para que nenhum aluno tenha seu processo dificultado ou seja constrangido.
2. Efetivação do calendário de pagamento dos auxílios, evitando atrasos e divulgando ampliadamente as datas de recebimento.
3. As diárias para as viagens devem sair com no mínimo um (1) dia de antecedência.
4. O auxílio deve ser pago durante todos os 12 meses do ano.
5. A renovação fazer-se-á anualmente de forma facilitada àqueles aprovados anteriormente no processo.
6. Não é possível substituir o auxílio-transporte pelo passe livre custeado aos estudantes da região metropolitana, uma vez que o governo não demonstra compromisso com os valores e datas de pagamento dos passes.
7. É urgente a promoção de políticas de auxílio e permanência baseados na realidade específica dos estudantes dos cursos superiores.
8. O atual projeto-piloto de auxílio-moradia, no valor de R\$ 225,00, deve ser expandido para os outros campus da rede.
9. É essencial que a médio e longo prazo comece o aumento, mesmo que gradual, da quantidade dos valores dos auxílios para que atendem às demandas dos estudantes
10. As bolsas de Pesquisa e Extensão atendem melhor às necessidades financeiras dos alunos e tornarem-se uma política de permanência. É necessário fomentar a Pesquisa e Extensão, com o intuito de expandir os projetos e bolsas, atendendo mais estudantes e criando condições para um maior aproveitamento da vida acadêmica.
11. É imprescindível a universalização do acesso dos Restaurantes Estudantis para todos os estudantes da rede, de nível médio e superior, com custeio completo ou parcial das alimentações.
12. É urgente a expansão dos Restaurantes Estudantis e finalização dos que estão em processo de implementação.
13. Os estudantes devem ser incluídos nos processos licitatórios dos Restaurantes Estudantis.

14. É necessário pensar projetos de construção de moradia estudantil, que atendam as demandas e necessidades dos estudantes de cada campus.

15. Implementação de casas do estudante para atender os estudantes que necessitam se deslocar por mais de 50 km do Campus, que atenda todos os cursos (Médio, EJA, Subsequente, Superior).

16. É urgente a divulgação do apoio psicológico aos estudantes do campus e a ampliação do mesmo.

17. Os setores de saúde devem funcionar em todos os períodos.

18. O seguro médico para os estudantes que se acidentam nas dependências e responsabilidades dos campus deve ser amplamente divulgado.

19. Criação de assistência (financeira, psicológica e pedagógica) específica para mulheres gestantes, bem como a criação de creches e espaços para crianças dos e das estudantes.

20. Implementação dos restaurantes universitários em todos os Campus com garantia de refeições gratuitas para todos os discentes sem restrição de curso, ou políticas de auxílio para a alimentação dos alunos não atendidos.

21. Local alternativo para os discentes realizarem e armazenarem suas refeições, com geladeira, micro-ondas e mesas para realizarem suas refeições.

22. Ampliação dos armários para todos os estudantes.

23. Promoção de atividades esportivas para os estudantes de nível médio e superior.

24. Construção, finalização e adequação das estruturas esportivas dos Campus.

25. Garantia de livre acesso às estruturas esportivas por todos os estudantes.

26. Promoção da inclusão digital.

GT – Conselhos Institucionais

1. Intensa divulgação sobre do que se trata os conselhos institucionais do IFG, bem como suas características específicas e seu caráter.

2. Maior divulgação dos processos eleitorais dos conselhos institucionais, de modo mais diversificado, com criação e convocação de espaços próprios para exposição da pauta além da utilização dos meios digitais; como responsabilidade da Reitoria, Diretorias de campus e do Diretório Central dos Estudantes.

3. Maior representação estudantil na composição dos conselhos institucionais do IFG.
4. Garantia de representação do Diretório Central dos Estudantes, como membro nato, em todos os conselhos institucionais do IFG.
5. Maior representação estudantil no Concâmpus, com o fim da representação de vaga específica para os coordenadores de curso, já que já há a garantia da representação docente no conselho.

Gerais:

1. Participação efetiva das entidades representativas dos discentes no conselho de classe e na elaboração do calendário acadêmico.
2. Transparência da planilha orçamentária anual.
3. Maior manutenção dos laboratórios, a fim de que os estudantes não precisem custear os materiais.
4. Que a data de início do processo eleitoral do DCE seja no meio (agosto/setembro do ano para dar tempo de mobilizar, criar e fortalecer as entidades de base nos Campi.
5. O DCE deverá ser criado como entidade mista, com avaliação no período até o próximo congresso, onde essa questão deverá ser avaliada novamente.